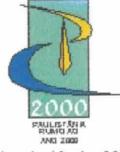


## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 614 826/0001-03



LEI ORDINÁRIA Nº 079/2001,

de 18 de abril de 2001

Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Associado a ações sócio-educativas, e determina outras providências.

- O PREFEITO MUNICIPAL de Paulistânia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:
- Art. 1º Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.
- § 1º São beneficiarias do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com freqüência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.
  - § 2° Para os fins do parágrafo anterior, considera-se:
- I família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo domestico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;
- II para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da união; e
- III para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.
- § 3° O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda familiar per capita fixado no § 1°, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.
- Art. 2º O Programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiarias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-

FONE: (014) 245-1277 e 245-1204 CEP -17150-800 -PAULISTANIA -SPANIA - SPANIA - SPANI

A)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 614 826/0001-03



educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

- § 1º O Poder executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para o atingimento dos objetivos do programa.
- § 2º As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.
- Art. 3º Fica o poder Executivo municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa-Escola", instituído pelo Governo Federal.
- § 1º Fica o poder Executivo municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.
- § 2º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura, Esporte e Turismo desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa-Escola".
- Art. 4° Fica instituído o Conselho de acompanhamento e Controle Social do Programa de garantia de renda Mínima, com as seguintes competências:
- I acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do § 1° do art. 2°,
- II aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiarias do programa;
- III aprovar os relatórios trimestrais de freqüência escolar das crianças beneficiárias;
- IV estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal,
- V desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima - "Bolsa-Escola";

VI / elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e

Pre situra Municipal de Paulistania - 35

Pre situra Municipal de Paulistania - 35

Esta lei ordinaria foli registro de Leis ordinaria goda Leas - 102

Paulistania aos de Registro de Leis ordinaria de Administração

Paulistania aos de Registro CORREA

Paulistania aos de Registro CORREA

Paulistania aos de Registro CORREA

R.G. 1231 De 1



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 614 826/0001-03



- VII exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.
- § 1º O conselho instituído nos termos deste artigo terá 5 (cinco) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:
  - I um representante do Poder Executivo;
  - II um representante do Poder Legislativo;
- III um representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;
  - IV um representante dos Professores;
  - V um representante dos Pais de Alunos.
- § 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, a ser instituído por Decreto do Poder Executivo exercerá as competências referidas no caput.
- § 2º A participação no conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.
- § 3º É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art.5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e afixe-se.

P.M. Paulistânia, 18 de abril de 2001.

Dr. Alcides Francisco Casaca

Prefeito Municipal